

A Universidade Pública no Brasil : identidade e projeto institucional em questão

*Afrânio Mendes Catani **

*João Ferreira de Oliveira ***

Resumo: A diversificação das instituições de educação superior não pode significar uma hierarquização classificatória e nem um alibi para afogar as pequenas e médias instituições no universo da mediocridade e das necessidades conjunturais. Por isso a missão da universidade vale para todo o conjunto do ensino superior: a atualização da universidade faz-se por meio desta capacidade histórica de estar imersa em condições objetivas dadas, em cada tempo – espaço, mantendo-se fiel à sua natureza e motivada pela sua vocação primeira: a de ser um campo de reflexão, crítica, descoberta, invenção do conhecimento novo, comprometido com a construção e consolidação de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: educação superior; universidade; qualidade.

Abstract: The diversification of higher education can neither signify a classificatory hierarchization nor serve as an alibi to drown the small and medium-size institutions in a world of mediocrity and conjunctural necessities. The mission of the university is valid for higher education as a whole: the university reenergizes itself through this historical capacity of being immersed in given objective conditions, in a specific time and space, remaining faithful to its nature and motivated by its primary vocation: to be a space of critical reflection, discovery, invention of new knowledge, committed to the construction and consolidation of a democratic society.

Key words: higher education; university; quality

“Tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado (...) Um dos poderes principais do Estado (é) o de produzir e impor (especialmente por meio da escola) as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado.” (Pierre BOURDIEU, 1996 : 91)

Esta longa epígrafe, extraída de um texto bastante atual de Bourdieu, nos ajuda a pensar nas *limitações* enfrentadas ao se formular críticas à atuação do Estado - em especial, neste caso, quando pensamos e/ ou propomos alternativas às políticas públicas de educação superior vigentes no Brasil. Nesse sentido, não são pequenas as possibilidades de nos enredarmos nas categorias, nos itens, enfim, na *agenda* elaborada pelo Estado, caminhando a reboque.

* Professor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP).

** Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Destituídos da posse dos “meios de governo”, compondo uma *oposição pluralista* à atual política desencadeada em conjunto pelo Estado - Poder Executivo, pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) e pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), os críticos se atomizam, basicamente, entre a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), a Associação Brasileira das Mantenedoras e a Associação Nacional das Universidades Particulares - além, naturalmente, de acadêmicos e analistas ditos “independentes.” Interesses específicos e corporativos à parte, inerentes a qualquer processo de luta material e simbólica, tais críticos possuem, segundo as palavras do sociólogo francês, suas “ilusões bem fundamentadas” (BOURDIEU, 1996 : 35). Assim, ele escreve no “Prefácio à edição brasileira” esperar que as idéias contidas nesse seu livro possam ser aplicadas a uma prática, isto é, “a uma pesquisa (...) liberta de proibições e de divisões e desejosa de trazer a todos esta compreensão rigorosa do mundo que, estou convencido, é um dos instrumentos de liberação mais poderosos com que contamos” (Idem : 8).

Tentaremos no presente trabalho, em que pese as limitações apontadas, problematizar alguns dos preceitos mencionados por Bourdieu e, enquanto docentes e pesquisadores de instituições de ensino superior públicas, manifestar nossas preocupações com relação à atual reestruturação do ensino superior no Brasil.

A atual reestruturação desse nível de ensino no Brasil inclui profundas mudanças na identidade e no projeto de desenvolvimento institucional das universidades públicas, especialmente das federais, indicando ser este o mote central das ações e políticas que vêm sendo implementadas pelo governo federal. Tem se agravado, nos últimos anos, a situação financeira dessas instituições, que estão passando, basicamente, a cuidar dos problemas emergenciais de manutenção, em detrimento da consolidação da identidade institucional e do projeto de desenvolvimento de cada uma delas.

A partir dessa constatação, procuraremos evidenciar os elementos condicionantes desse processo de metamorfose das universidades públicas, enfatizando a identidade básica que se encontra em reformulação, bem como a necessidade de reconceituar a idéia de universidade enquanto instituição social.

Elementos condicionantes do processo de metamorfose institucional

A redefinição dos rumos da universidade pública, especialmente da identidade e do projeto institucional de cada uma delas, vem se dando, principalmente, em razão de alguns fatores básicos. Em primeiro lugar, o governo federal busca atender às exigências dos organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial, que inclui reduzir, gradualmente, a aplicação de recursos públicos para o financiamento da educação superior. Esse empreendimento se coaduna, no Brasil, com uma progressiva limitação de recursos financeiros, decorrente da minimização do Estado e, conseqüentemente, da redução dos fundos públicos para as políticas públicas.¹

Em segundo lugar, as mudanças na conjuntura atual são contínuas e aceleradas, sendo motivadas, basicamente, pela reestruturação produtiva do capitalismo, assentada no processo de globalização do capital financeiro e na revolução técnico-científica-informacional. A revolução dos meios e das formas de comunicação ampliam, cada vez mais, a circulação do conhecimento, bem como dispersam sua produção e aquisição, influenciando o futuro

1 Um tratamento original e extremamente crítico com relação a esse aspecto pode ser encontrado em CHAUI, 1999 a.

2 Ver anexo ao Ofício ANDIFES nº 298/99, encaminhado ao MEC, que contém as posições da ANDIFES sobre o Projeto de Lei do MEC que dispõe sobre Autonomia Universitária das Universidades Federais.

da universidade e obrigando-a a reinventar-se e repensar suas funções. Isso significa dizer, também, que a pluralidade da sociedade contemporânea e as múltiplas demandas econômicas, políticas, sociais e culturais exigem uma posição da universidade quanto à essa “dispersividade” e “multiversidade” de tarefas e ações.

Em terceiro lugar, a necessidade de ampliar a legitimidade institucional e o reconhecimento da relevância social, face às críticas governamentais e da “grande” mídia de que as universidades públicas são perdulárias, tem levado a maioria dessas instituições, especialmente as de pequeno e médio porte, a buscarem maior vinculação com o setor produtivo e com a comunidade local.

Essa movimentação institucional no âmbito das universidades públicas vem sendo, também, condicionada por uma variada gama de necessidades, a saber:

- a) obter recursos alternativos para a manutenção e a expansão institucional;
- b) aumentar a produtividade (institucional e de seus docentes);
- c) atender às demandas específicas do mercado de trabalho;
- d) afinar os cursos e as carreiras profissionais às necessidades do mercado de trabalho;
- e) produzir tecnologias mais produtivas e competitivas para as empresas;
- f) contribuir para a resolução de problemas sociais e para o desenvolvimento local e regional;

A resultante disso tudo é que já se pode observar uma metamorfose das universidades públicas, que passa pela diversificação e diferenciação das identidades e dos projetos institucionais, sem que exista real autonomia institucional para essa auto-definição. No caso das universidades federais, o projeto de autonomia em discussão pretende conceder uma autonomia parcial e tutelada pelos Ministérios da Educação, da Fazenda e do Planejamento, mediante a sujeição da vontade das universidades à vontade do governo por meio de contratos de gestão.²

Os princípios e as ações básicas da metamorfose dessas instituições se explicitam, em grande parte, em documentos governamentais e textos legais (leis, decretos, portarias, pareceres, resoluções, dentre outros).

De maneira geral, pode-se afirmar que a diversificação e a diferenciação do sistema surge como alternativa de solução à demanda crescente de vagas nas universidades, bem como à questão da massificação nesse nível de ensino.³ Assim, o MEC vem estimulando esse processo através, principalmente:

3 “Nos últimos quatro anos, a matrícula de graduação apresentou uma taxa de expansão anual de 7% em média. Em 1998, o aumento atingiu 9%. Com isso, o número total de alunos em

a) da criação de centros universitários, com autonomia para o desenvolvimento de atividades na área de ensino e formação profissional;

b) da regulamentação dos chamados cursos sequenciais, isto é, cursos superiores de curta duração voltados para uma formação profissional específica ou para complementação de estudos;

c) da flexibilização curricular que incentive o desenvolvimento de projetos pedagógicos mais específicos, procurando atender aos interesses regionais;

d) do lançamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com a finalidade de diversificar o processo de acesso, oferecendo alternativa(s) de associação ou substituição do vestibular;

e) da matriz de distribuição de recursos orçamentários (entre as IFES) que privilegia o ensino através do número de alunos matriculados em nível de graduação.⁴

Universidades públicas: identidades institucionais em processo de formulação

A análise das atuais ações e políticas do governo federal permite compreender o que se espera das universidades públicas, particularmente das IFES, nesse período de adaptação e conformação, compreendido na atual reforma.

Às chamadas grandes universidades estariam reservadas as funções “nobres”, incluindo-se aí a pesquisa científica, que é bastante dispendiosa - ou seja, isso implicaria na alteração do modelo único, que tem como princípio básico a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.⁵ Eunice R. Durham defende que as “grandes universidades multifuncionais” não mais se constituam no modelo

cursos de graduação saltou de 1 milhão e 945 mil, em 1997, para 2 milhões e 125 mil, no ano passado. Incluindo os cursos de extensão, os sequenciais e os de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), o número total de alunos no ensino superior subiu para 2,7 milhões. A maioria dos alunos dos cursos de graduação está nas instituições privadas (1.321.229 - 62%); em seguida, vêm as públicas federais (408.640 - 19,5%), as estaduais (247.934 - 13,5%) e as municipais (121.155 - 5%). Para se ter uma idéia da velocidade dessa expansão, basta observar que o percentual de 9% é praticamente igual ao atingido pelo sistema em toda a década de 80, quando o ensino superior viveu um longo período de estagnação. Apenas nos últimos anos, quando o número de alunos matriculados aumentou 28%, muito acima do alcançado em 14 anos, no período de 1980 a 1994, que foi de 20,6%. De 1994 para cá, o número de alunos subiu 36,1% nas instituições privadas, bem acima do crescimento verificado na rede pública. Nesta, o crescimento foi de 12,4% nas federais, 18,5% nas estaduais e 27,6% nas municipais” (Ver: *Ensino Superior mantém tendência de crescimento e diversificação*. In: www.inep.gov.br/noticias/news - INEP / Notícias, 25/6/99).

dominante, uma vez que irão absorver percentuais cada vez maiores dos fundos públicos. Isso porque estas grandes universidades incluem, além do ensino de graduação e da pesquisa, “a oferta de cursos de treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem para adultos com curso superior concluído ou incompleto; a formação avançada em pós-graduação; a cooperação com o setor produtivo para o desenvolvimento tecnológico; os serviços os mais diversos de assessoria a órgãos públicos e privados; a colaboração na melhoria da qualidade do ensino básico em sua relação com o desenvolvimento de uma cidadania responsável e as necessidades do mercado de trabalho; a prestação dos serviços de saúde, especialmente através dos hospitais universitários; a ação no campo cultural, inclusive mantendo museus, orquestras, rádios, televisão, jornais e revistas” (cf. DURHAM, 1998 b: 13).

Os grupos consolidados de pesquisa mereceriam o apoio das agências de fomento, através de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico. As instituições/grupos pouco consolidados ou institucionalizados também receberiam o apoio governamental, embora as dificuldades, no seu entender, sejam muitas e, em especial, custosas. (Idem:24). Assim, entende Durham, a resolução da crise enfrentada pelo sistema de ensino superior brasileiro “exige sua modernização, que tem como objetivo adequá-lo às demandas sociais, o que inclui a necessidade de sua diversificação” (Idem:27). Defende que a designação de “universidade” deva ser reservada “a instituições que aliem o ensino à pesquisa, conforme a tradição dos países desenvolvidos. No entanto, é indispensável que o desenvolvimento da pesquisa não seja o único fator responsável pelo status da instituição, como se estabelecimentos voltados basicamente para o ensino fossem necessariamente de categoria inferior. A criação de processos de avaliação de ensino, à semelhança daqueles que possuímos para a produção científica e a pós-graduação, seria o instrumento necessário para a valorização de instituições empenhadas em oferecer boa formação na graduação” (Idem:24). Diagnostica que a maior dificuldade de uma diversificação do sistema de ensino nesse nível “reside na intransigência corporativa dos sindicatos de professores e funcionários, que exigem a manutenção do modelo único de instituição, isonomia salarial e carreira unificada, em claro descompasso com as necessidades da

4 Ver: *Diversificação surge como alternativa*. In: www.inep.gov.br/noticias/news (INEP/ Notícias, 13/05/99).

5 Tal modelo único, também é chamado universidade de pesquisa (DURHAM, 1998 a) ou universidade de campo (CUNHA, 1997). A denominação universidade de pesquisa surgiu nos anos 80, em contraposição à universidade de ensino. A denominação universidade de campo, por sua vez, é utilizada por Cunha para diferenciá-la da universidade especializada por campo do saber, que começa a aparecer no Brasil.

sociedade e a heterogeneidade já existente no sistema” (Idem:25).

Através da leitura do documento Uma nova Política para o Ensino Superior Brasileiro: Subsídios para Discussão, apresentado pelo MEC aos reitores das universidades federais, em dezembro de 1996, bem como da PEC 370/A (1996) e do documento sobre os fundamentos para uma lei que regule a autonomia universitária (MEC, abril/1999), é possível entender que às IFES de pequeno e médio porte estariam previstos os objetivos da diversificação e o de que cada instituição se repense e se redefina no sistema de ensino superior. Infere-se, portanto, que tais instituições deveriam, dentre outros aspectos:

a) definir qual natureza e identidade fundamental possuir no cenário acadêmico, bem como sua missão básica, reais vocações e potencialidades específicas;

b) contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico da comunidade onde se insere;

c) expandir as vagas, sobretudo no período noturno, sem ampliar o quadro de docentes e técnico - administrativos, objetivando aumentar a relação aluno/professor;

d) otimizar a utilização das instalações físicas e dos equipamentos, bem como das habilidades docentes;

e) diminuir as taxas de reprovação e evasão;

f) diminuir os recursos destinados à residência estudiantil, restaurantes, bolsas e subsídios;

g) flexibilizar o ensino, os cursos, os currículos e os programas de estudo, adequando-os às necessidades do mercado de trabalho;

h) ampliar a oferta e prestação de serviços de extensão;

i) aperfeiçoar mecanismos de avaliação;

j) qualificar a gestão, racionalizar o uso dos recursos e estimular a produtividade;

k) buscar alternativas de financiamento;

l) flexibilizar a política de pessoal docente e técnico-administrativo;

m) qualificar e titular docentes e servidores;

n) integrar, efetivamente, Graduação e Pós-Graduação;

o) ampliar a produção tecnológica e otimizar a capacidade científica instalada;

Muitas dessas diretrizes formuladas pelo MEC já estão sendo observadas em boa parte das IFES, especialmente naquelas de pequeno e médio porte. Atualmente, elas são marcadas pelo(a):

- ofertas crescentes do curso de graduação, em que pese a crescente diminuição no número de professores e servidores técnico-administrativos. Isso pode melhorar o custo-aluno, através da massificação do ensino superior, mas certamente deve condicionar o projeto de universidade possível;

- oferta crescente de atividades de extensão, especialmente na forma de prestação de serviços remunerados;

- crescente atendimento das múltiplas demandas locais e regionais, especialmente através de convênios e contratos de prestação de serviços remunerados;

- crescente oferta de cursos pagos de especialização e outros, que “complementa” os baixos salários, mas absorve tempo e energia docente, especialmente daqueles com alta titulação;

- crescimento de mestrados profissionais auto-financeáveis;

- falta de priorização e de investimento substancial na pós-graduação stricto sensu, com ênfase na pesquisa acadêmica;

- dificuldade de priorizar a atuação dos professores doutores na criação e consolidação dos cursos de doutorado e na ampliação quantitativa e qualitativa da pesquisa;

- modelação organizacional e ampliação dos mecanismos de avaliação, controle e gerenciamento.

Parece não haver dúvida de que a orientação do MEC e a atual caracterização das universidades públicas apontam, com maior ênfase, para a consolidação da idéia de “universidade” identificada com o ensino e com a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Essa identificação faz com que, por exemplo, o ensino de graduação seja considerado mais relevante do que a pesquisa e a pós-graduação stricto sensu. Faz, também, com que o sistema se desorganize em seus elementos de convergência, amplie a diferenciação institucional e promova uma separação acadêmico-organizacional entre a pesquisa e o ensino.

Marilena Chauí (1999 b), em entrevista recente, menciona a coexistência, no sistema de ensino brasileiro, dos chamados centros de excelência e das ditas universidades alinhadas - denominadas por ela, ironicamente, de “Universidade Um” e “Universidade Dois”: “a Universidade Um forma as elites, na pesquisa e no mercado. A Dois forma docentes e prepara estudantes para a pós-graduação nas Universidades Um. Qual é o sentido dessa brincadeira? É a distribuição dos recursos. Então, para as alinhadas não vai nada, para as excelentes vai tudo, só que vai menos para as excelentes Dois e mais para as excelentes Um”. Esta hierarquização “informal” (porém real, uma vez que é a partir dela que são nivelados os cursos de graduação e de pós-graduação, determinando a distribuição de bolsas, de auxílios para congressos, publicações, para a infra-estrutura de pesquisa) foi-se consolidando ao longo dos últimos vinte e cinco-trinta anos, culminando, neste final de decênio, com essa clara divisão entre as instituições.

Há que se mencionar ainda, com pouco mais de detalhe, a dimensão da avaliação, encarnada pela GED. A Lei nº 9678, de 03/07/1998 (regulamentada pelo Decreto nº

2668, de 13/07/1998), instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) no Magistério Superior das IFES, logo após greve prolongada e difícil processo de negociação. Em rápidas tintas, entendemos que “a diferenciação de remuneração implantada, bem como a instalação do processo de competição no trabalho acadêmico, ao que tudo indica, (...) (induz) o docente a ‘aceitar’ o fim da carreira única, como prevê a proposta de autonomia universitária do MEC.⁶ Em outras palavras, a GED está significando o pontapé inicial para o surgimento de novas formas de incentivos individuais, coletivos e institucionais, bem como para a instalação de carreiras diferenciadas nas IFES...” (CATANI & OLIVEIRA, 1999).

Outro analista entende a GED como “um expediente do Executivo para frustrar a justa reivindicação dos professores por uma recomposição salarial” e reconhece que “a mudança da cultura institucional por ela provocada é o fato mais importante do cenário de ‘policy’ do complexo institucional formado pelas Universidades e Instituições de Pesquisa públicas. Mais importantes do que as modificações em curso em nível macro - do Ministério de C&T e suas agências - e que podem vir a induzir mudanças de comportamento futuro” (DAGNINO, 1999:2).

Com razão, Dagnino defende concepção segundo a qual ao se adotar um critério de qualidade exógeno (como é o caso da GED), a comunidade universitária do país corre o risco de isolar-se ainda mais da sociedade: “o ambiente em que se reproduz essa comunidade, potencializado pela globalização e seu conceito de modernidade ancorado na superioridade científico-tecnológica, reforça sua auto-percepção como vanguarda intelectual. Num quadro de escassez de recursos, tal situação tende a levar a um crescente corporativismo, visualizado este como um expediente para defender-se das ameaças colocadas pelo meio hostil” (Idem:22).⁷

A universidade pública enquanto instituição social

A universidade é uma instituição social, científica e educativa, cuja identidade está fundada em princípios,

valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes. Seu reconhecimento e sua legitimidade social vinculam-se, historicamente, à sua capacidade autônoma de lidar com as idéias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. Nesse processo, ela interroga, reflete, critica, cria e forma, exercendo papel fundamental no avanço e na consolidação da democracia, que implica compromisso com a luta pela democratização dos meios de produção da vida humana (CHAUI, 1998). A atualização da universidade faz-se por meio dessa capacidade histórica de estar imersa em condições objetivas dadas, em cada tempo-espço, mantendo-se fiel à sua natureza e motivada pela sua vocação primeira: a de ser um campo de reflexão, crítica, descoberta e invenção do conhecimento novo, comprometido com a construção e consolidação de uma sociedade democrática.

Quando a universidade abre mão dessa identidade histórica, corre o risco de servir à propósitos de reprodução do poder e das estruturas existentes e não à sua transformação. Nesse sentido, pode tornar-se mais funcional, operacional e passiva frente ao instituído, participando da estrutura de poder social e contribuindo com as estratégias de conservação da ordem social. Com isso, ela nega e compromete sua existência, na medida em que perde sua autonomia, ganha uniformidade e subordina-se aos interesses diretos do Estado e/ou do mercado.

No que se refere ao Brasil atual, entendemos haver uma fratura aparentemente irrecuperável entre Estado e Sociedade, bem como no interior de vários setores do próprio aparelho estatal. Isso nos remete a um pequeno texto de Bourdieu, em que menciona estarem situados em uma das mãos do Estado os chamados “trabalhadores sociais”, isto é, “assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos ‘gastadores’, que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Muitos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza do Estado” (BOURDIEU, 1998:9-10).

Concretizando este nosso juízo, gostaríamos de transcrever artigo de Jânio de Freitas (1999), em que se mostra um retrato de como o governo - através de sua mão direita - vem cuidando do país e da população. As informações acabam de ser consolidadas em relatório do Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC): “no primeiro semestre, os investimentos sociais do governo ficaram em apenas 8,4% do previsto para 99. Investiu só R\$ 738 milhões dos R\$ 8,73 bilhões postos no Orçamento da União para tal finalidade. Com essa política de cortes,

6 Ver, a respeito, CATANI, A. M. (1999 a) e CHAUI, M. (1999 b). Hélio TRINDADE (1999), ao criticar a proposta do MEC, conclui que a nova estratégia do Ministério subjacente ao texto da autonomia “é ardilosa, mas perceptível: como não há condições de conceder autonomia ao conjunto das universidades federais, a fórmula inovadora apresenta uma solução malthusiana: salvar seletivamente do dilúvio algumas grandes universidades federais...”. Acerca da reconfiguração geral da educação superior no Brasil, consultar o estudo de DOURADO & OLIVEIRA (1999).

7 Ver, sobre a GED, o estudo exploratório de BELLONI (1999).

Fernando Henrique Cardoso não fez os investimentos previstos para o controle ou erradicação de várias doenças, como o mal de Chagas e a dengue; para a infra-estrutura do Sistema Único de Saúde; Programa da Agricultura Familiar; Programa de Desenvolvimento Urbano, programa de melhorias habitacionais, eletrificação rural, para a construção de penitenciárias, e vai por aí o abandono do país e da população. Salvo para o Sivam, o projeto da Amazônia desejado pelo governo dos Estados Unidos e a cargo da americana Raytheon, para o qual não faltou dinheiro” (Idem). Acrescenta Jânio de Freitas que “em um tipo de gasto o governo dispensou-se de cortes. Com

juros da dívida gastou, em seis meses, 57% do previsto para doze meses. E a dívida, por sua vez cresce aos bilhões mês a mês: o total já equivale à metade do PIB e no fim do ano estará acima disso, apesar das amortizações” (Idem).

Seria muita ingenuidade esperarmos de um governo que não investe em saúde, habitação, desenvolvimento urbano, agricultura familiar, eletrificação rural e em outros domínios do social que se preocupe com questões tão comezinhas, envolvendo gastos com C&T, pesquisa básica, formação de professores, docentes, alunos y otras cosas más. Bobagem...